

Pedagogia da comunicação na América Latina

Reflexões sobre o *gap*
indústria-universidade

**Pedagogy of communication in Latin America:
reflections about the industry-university gap**

*José Marques de Melo**

* Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do IMS e pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp.

Resumo

Enfoca a diversidade e a evolução dos programas dos cursos universitários de Comunicação na América Latina.

Palavras-chaves: Comunicação e educação, ensino comunicação.

Abstract

This study approaches the diversity and evolution of the Communication Schools in Latin America.

Key words: Communication, Education.

○ balanço das seis primeiras décadas de ensino e pesquisa da comunicação na América Latina indica avanços e retrocessos. O perfil dos programas universitários dedicados a esse novo campo do saber revela dois momentos distintos: o período 30-60 caracteriza-se por uma vocação eminentemente profissionalizante; o período 60-90 denota uma tendência mais academicista. Os primeiros tempos estão voltados de modo quase exclusivo para as tarefas de formação de recursos humanos, enquanto nos anos mais recentes impõe-se uma linha de trabalho orientada para a geração de conhecimentos. De uma ação prática muda-se para uma conduta teórica.

Esse fenômeno reflete evidentemente o entorno sócio-político e as correntes de idéias que marcam as conjunturas históricas peculiares ao nosso continente. A etapa inicial se ajusta ao esforço da expansão capitalista, sustentado pelas teses cepalinas do nacionalismo-desenvolvimentista que propõe o uso dos meios de comunicação como alavancas da mudança social. A etapa posterior articula-se com a negação do paradigma capitalista e com a afirmação de novos modelos de sociedade, inspirados na utopia socialista, tendo a revolução cubana e o movimento dos países não-alinhados como fontes de referência.

O denunciamento frankfurtiano-althusseriano das potencialidades massificadoras/manipuladoras da indústria da comunicação converte-se em idéia-força. Isso conduz a uma obsessão alternativista, que compromete seriamente todas as estruturas de ensino, pesquisa e pensamento da comunicação, isolando pouco a pouco as universidades do processo de desenvolvimento de uma indústria da informação e da cultura que se amplia, se moderni-

za e se transnacionaliza. Tanto assim que emerge como característica dos professores/pesquisadores desse campo acadêmico o rótulo de “comunidade desapercibida”.

O maior desafio das faculdades latino-americanas de comunicação para os anos 90 é a superação do divórcio com a indústria da comunicação. Por um lado, torna-se indispensável adequar os programas de formação às demandas da sociedade, preparando profissionais competentes e especializados. Por outro lado, não se pode retardar ainda mais a revisão dos projetos de geração de conhecimento, priorizando os estudos empíricos e aplicando metodologias que suscitem resultados credíveis e confiáveis. O foco central do ensino e da pesquisa da comunicação nas próximas décadas deve estar necessariamente na indústria de bens simbólicos e no seu impacto em nossas sociedades e culturas.

Sem abandonar sua vocação crítica, a universidade deve buscar formas de interação e de cooperação com as empresas públicas e privadas, inclusive para obter parte do financiamento que o Estado não tem mais condições de subsidiar integralmente.

Balanco histórico

O desenvolvimento dos programas de formação de comunicadores na América Latina realiza-se paralelamente ao processo de industrialização do continente. Até meados deste século, os países da região permaneciam majoritariamente vinculados a estruturas agrário-extrativas, produzindo matérias-primas para o comércio internacional. Os maiores contingentes populacionais viviam no campo e os meios de comunicação restringiam-se a uma elite, cujas demandas sinalizavam em direção a padrões culturais inspirados pelos modismos dos centros metropolitanos.

As transformações começam a ocorrer no período entre-guerras, quando a escassez de produtos importados obriga os Estados nacionais a fomentarem a produção de bens para o consumo, criando fábricas e gerando novos empregos, o que amplia o mercado interno e potencializa a urbanização. Ampliam-se, conseqüentemente, as redes de comunicação de massa para atender às necessidades de uma classe média emergente. Isso decorre também das inovações tecnológicas, que facilitam e barateiam os processos de difusão e fruição dos produtos comunicacionais. O acesso aos bens dessa nascente indústria cultural cresce sob a ação dos governos populistas, que expandem as oportunidades educa-

cionais, estimulando ainda a participação das massas na vida da sociedade como uma forma de respaldar seus projetos nacional desenvolvimentistas.

A combinação de fatores como industrialização, urbanização e alfabetização desencadeia a modernização das sociedades latino-americanas, numa conjuntura em que a crise de superprodução nos países industrializados requeria novos mercados, a serem abastecidos com o capital e a tecnologia disponíveis nas embrionárias companhias multinacionais. O incremento do consumo pressupõe o abastecimento de informações geradas pelos núcleos codificadores de mensagens jornalísticas, estéticas ou persuasivas. Mas não havia estoque suficiente de recursos humanos capaz de processar tais mensagens, apesar do esforço de treinamento que empreendem as próprias organizações difusoras.

Para atender a essa nova demanda de profissionais da comunicação surgem as escolas respectivas dentro das universidades latino-americanas. Inicialmente elas se restringem ao campo do jornalismo, sem dúvida o campo profissional hegemônico, mas depois se ampliam para incluir outros setores como a publicidade, as relações públicas e a radiodifusão.

As primeiras experiências educacionais despontam naqueles países onde o processo de industrialização/urbanização adquire maior intensidade: Argentina e Brasil. Já na década de 30 criam-se ali programas de capacitação de jornalistas. Em Buenos Aires desenvolve-se, a partir de 1934, um projeto universitário inspirado no modelo norte-americano. No ano seguinte, organiza-se no Rio de Janeiro uma iniciativa destinada a formar publicistas de acordo com o padrão gestado pelas universidades européias. O primeiro indicava perfil eminentemente profissionalizante, o segundo revelava vocação marcadamente acadêmica. As duas tentativas sofrem intensas depurações e adaptações, emolduradas pelo nacionalismo-populista dos ditadores Vargas e Perón, gerando estruturas defasadas das suas matrizes.

Ocorrem tanto no Brasil quanto na Argentina processos de nacionalização das pioneiras escolas de jornalismo, em certo sentido sufocadas pelas engrenagens arcaicas das respectivas universidades, que as transformam em instituições precocemente envelhecidas. Não obstante tivessem sido criadas para formar jornalistas, de acordo com as demandas de um mercado de trabalho em expansão, seus egressados encontram dificuldades para obter

empregos porque os empresários do ramo os consideram incapazes de realizar as tarefas básicas da profissão. É que eles recebiam frágil treinamento instrumental, pela ausência de laboratórios ou centros de pesquisa, mantidos pelas universidades. Mas, em compensação, estocavam conhecimentos humanísticos que os habilitavam a desempenhar a contento as rotinas informativas, depois de reciclados nas empresas jornalísticas, evidentemente se tinham oportunidades de acesso às redações.

Tais experiências foram reproduzidas na década seguinte em Cuba, México, Equador, Venezuela e Colômbia, onde também se instalam cursos de jornalismo, inspirados no modelo norte-americano. São projetos com vocação profissionalizante, mas que se afastam paulatinamente desses objetivos, contaminados pelo meio ambiente universitário, cuja fisionomia livresca e discursiva imperante na área das humanidades retira-lhes todo o caráter experimental, convertendo-os em centros de preparação de intelectuais distanciados da realidade.

A explicação para esse fenômeno está no fato de que as escolas de jornalismo da América Latina não se estruturam em sintonia com a profissão — as empresas e os sindicatos — faltando-lhes, portanto o referencial da prática cotidiana da informação de atualidades para o treinamento dos futuros produtores de notícias. Tal articulação orgânica existiu nas instituições norte-americanas em que teoricamente se inspiram suas congêneres latino-americanas. A escola da Universidade de Columbia foi idealizada pelo seu patrono Joseph Pulitzer, um bem-sucedido editor de jornais, que financia a formação pós-graduada de jovens provenientes de carreiras humanísticas para o domínio competente dos processos de reportagem e edição. Da mesma forma, a escola da Universidade de Missouri, concebida pelo educador Walter Williams, implanta-se de acordo com o padrão característico dos cursos de medicina (que vivenciam os diagnósticos e aplicações de conhecimentos propiciados pelo hospital-escola); esse projeto se desenvolve em torno ao jornal-laboratório, um veículo de circulação diária, dirigido à comunidade local. São portanto cursos universitários, onde a formação dos estudantes não se esgota na sala de aula e nas bibliotecas, completando-se e fortalecendo-se em laboratórios vivos, acessíveis à observação, à experimentação e à crítica, em ambientes típicos requeridos pelas ciências aplicadas. Além disso, as escolas norte-americanas de jornalismo procuraram, desde o

início, realizar pesquisas sobre os processos informativos vigentes nas respectivas áreas de atuação, municiando as empresas com dados confiáveis e críticas fundamentadas, utilizando técnicas e procedimentos empíricos adaptados das ciências sociais.

Na América Latina, o caminho seguido foi diametralmente oposto, apesar da assessoria recebida de missões norte-americanas, como ocorreu por exemplo na Argentina (1934) ou na Venezuela (1947) e voltaria a se reproduzir em outros países, nos anos seguintes. A diferença deve ser creditada a dois fatores preponderantes: de um lado, à mentalidade dos proprietários dos meios de comunicação, empresarialmente imediatistas e, portanto, pouco convencidos da necessidade de investir em recursos humanos e em pesquisa; de outro lado, ao preconceito existente nas lideranças universitárias, desdenhando a cooperação com o sistema produtivo e recusando iniciativas de parceria ou de financiamento para melhor capacitar os futuros profissionais sob a sua responsabilidade. Tem predominado em nosso continente um modelo de universidade que se organiza como se fora uma torre de marfim, infensa às demandas da sociedade, sob o argumento de que preserva sua autonomia crítica, como se fora possível criticar apenas em abstrato, sem municiar-se de dados reais para cumprir seu papel de vigilância e de predição dos fatos sociais.

Exceções nesse panorama ocorrem, nos anos 50, no Brasil e na Venezuela. A criação da Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo, verifica-se como uma ação conjunta de importante organização jornalística da cidade e da universidade católica; havia a intenção de processar a formação dos futuros jornalistas utilizando a infra-estrutura e a competência técnica da própria empresa, mesclando-a com o arsenal humanístico disponível na universidade. Mas a execução do projeto acabou descaracterizando-se, pelo distanciamento que se estabeleceu entre o professorado e a redação do jornal, logo depois da morte do patrono da escola, cujos desígnios deixaram de ser cumpridos pelos legatários do seu patrimônio. Em Caracas, o funcionamento da Escuela de Periodismo da Universidad Central encontra respaldo na organização sindical dos jornalistas — a Asociación Venezolana de Prensa — e por isso sua estrutura inicial demonstra vitalidade profissionalizante e perspicácia investigativa, gerando uma acumulação de conhecimentos específicos, certamente possível pela dotação de recursos públicos para essa finalidade. Esse perfil

manteve-se vigente durante quase duas décadas, dispondo a instituição de recursos pedagógicos semelhantes aos das escolas norte-americanas, onde era possível realizar experiências de produção de mensagens, além de fazer observações empíricas ou documentais para apreender e discernir fenômenos comunicacionais. Todavia, a instituição atrofiou-se pouco a pouco, por não construir pontes diretas com o mundo real, ou seja, com as empresas e os profissionais da área, assumindo uma fisionomia puramente acadêmica, que se depauperava desde o momento em que escasseia o financiamento governamental e desatualiza-se o equipamento destinado à experimentação e à pesquisa. De qualquer maneira, são experiências que demonstraram a possibilidade de reproduzir-se em nosso continente aqueles paradigmas que demarcaram os primeiros projetos históricos de formação de comunicadores profissionais, ocorridas no país responsável pela estruturação da chamada indústria cultural (EUA).

Quando, no final da década de 50, a Unesco promove a criação do Ciespal, o diagnóstico sobre o ensino de jornalismo na América Latina mostrava o fracasso das nossas universidades e acentuava o seu descompasso em relação às estratégias de uso dos meios de comunicação para os programas de desenvolvimento da região. Por isso, a principal função do centro de Quito foi a de reciclar os professores das escolas de jornalismo e treinar as novas gerações para assumir a docência universitária. Para tanto, o Ciespal, vale-se da cooperação internacional e recorre aos especialistas dos países que possuíam competência nesse campo. Conta com a colaboração de pesquisadores europeus e norte-americanos, principalmente destes últimos, indiscutivelmente detentores de estoque mais significativo de conhecimentos empíricos. No decorrer dos anos 60, contingentes apreciáveis de profissionais e docentes da área de comunicação visitam a sede da nova entidade internacional e ali reabastecem-se de informações e metodologias sobre os processos sociais de comunicação na sociedade moderna. Aprendem a ensinar, pesquisar e produzir comunicação, dentro dos parâmetros desenvolvimentistas construídos pela Unesco.

Efetivamente o Ciespal exerce um papel multiplicador no continente, disseminando novos conceitos e instrumentos de ação, que encontram respaldo nas empresas, nas associações de classe e nas escolas de jornalismo. A principal inovação é, sem dúvida, o uso da pesquisa científica como recurso indispensável ao planeja-

mento de estratégias comunicacionais e à avaliação dos seus resultados. Tudo isso embasado nas teorias divulgadas por *scholars* como Kayser, Leauté, Rovigati, Schramm, Nixon, Danielson, Rogers etc. A hegemonia norte-americana é visível, avultando-se com o envio de membros equatorianos do *staff* do Ciespal a universidades dos EUA, onde adquirem formação pós-graduada e depois retransmitem seus conhecimentos no programa de professores itinerantes. Presença marcante nesse panorama é o Prof. Ramiro Samaniego, principal difusor da metodologia da pesquisa de campo (*survey*) para analisar o impacto dos meios de comunicação nas sociedades latino-americanas. Os efeitos sobre as escolas de jornalismo são muito positivos, estimulando-as a revisar suas diretrizes pedagógicas para atender às novas exigências do desenvolvimento sócio-econômico. O treinamento de profissionais atuantes nas empresas para as tarefas docentes permite reduzir a distância entre as escolas e o mercado de trabalho, criando formas de colaboração e de diálogo. Esboçam-se até mesmo projetos de pesquisa sobre fenômenos comunicacionais da região, que interessam às empresas para revisar suas políticas editoriais e justificam o financiamento das equipes de estudantes e professores envolvidos nos estudos.

Este é um momento caracterizado pela difusão das teses desenvolvimentistas germinadas na Cepal. Busca-se comprometer os meios de comunicação de massa na criação de um clima favorável ao crescimento econômico, disseminando valores como produtividade, eficácia, competência, inovação. Esperava-se acelerar o fluxo modernizante, criando empatia entre os migrantes das zonas rurais e a ecologia das cidades, predispondo ao mesmo tempo os habitantes do campo a renovarem seus métodos de produção agrícola e a incorporarem os insumos e equipamentos gerados pela tecnologia mais avançada.

Todavia, correntes de pensamento contrárias a essa tendência encontravam eco nos países latino-americanos. A vitória da Revolução Cubana desencadeia a esperança de que o desenvolvimento pode ser alcançado também pela via da intervenção do Estado, expropriando os meios de produção e convertendo-os em propriedade social, gerida pela coletividade. Trata-se de uma concepção alicerçada no marxismo-leninismo, vigente na União Soviética e testada em outros países europeus e asiáticos. Tais idéias provocam tensões no cenário político continental, acarretando ações

preventivas de natureza militarista para evitar a repetição do exemplo cubano, principalmente justificadas pela proliferação de movimentos guerrilheiros em vários países. O agravamento das condições de miséria da população marginalizada (remanescentes do êxodo rural não absorvidos pelas cidades) criava estopins propícios à sublevação social. Os golpes de Estado que se sucedem nos Andes, América Central e no Cone-Sul, interrompendo as frágeis experiências democráticas, favorecem o ambiente de resistência aos governos autoritários e de repúdio aos EUA, pela sua opção de embargo a Cuba e de apoio ostensivo ao militarismo.

A censura aos meios de comunicação e o cerceamento das atividades intelectuais cria um clima de hostilidade política, que se manifesta enfaticamente nas escolas de jornalismo, pouco a pouco convertidas em escolas de comunicação, sob a influência do Ciespal.

Vale a pena recordar que, no começo dos anos 70, o centro de Quito, encorajado pela credibilidade conquistada na década anterior, e pela influência exercida junto às universidades latino-americanas, engendra um plano-piloto para unificar as estruturas pedagógicas na área da comunicação. A idéia básica era a de ampliar o universo educacional dessas instituições, neutralizando a hegemonia jornalística e habilitando-as para treinar também especialistas em outros ramos: persuasivos (publicidade e relações públicas), ficcionais (cinema e radiodifusão) e institucionais (comunicação empresarial, rural, comunitária etc.). Não obstante justificasse sua proposta como uma adaptação das modernas escolas norte-americanas — que no pós-guerra se haviam reestruturado para abranger todas as modalidades da comunicação de massa —, na verdade o plano-piloto do Ciespal constituía uma distorção do modelo disseminado contemporaneamente nos EUA. Enquanto ali as *school of mass communication* davam autonomia às novas carreiras de publicidade, radio-televisão, relações públicas etc., convivendo com a tradicional habilitação em jornalismo, na América Latina desenvolve-se uma carreira unificada, denominada *comunicación polivalente*, onde persiste a ênfase jornalística, mas criam-se disciplinas referentes às outras áreas profissionais, habilitando os futuros diplomados a exercer qualquer atividade. Isso representou uma incompreensão das tendências dominantes nas sociedades modernas, marcadas pela forte especialização profissional, exigindo, portanto, capacitação adequada para inserir-se num mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Na medida em que esse plano-piloto foi acolhido pelas universidades da região, e em muitos casos convertido em exigência legal pelos governos autoritários, reavivou-se a situação de descompasso entre a universidade e as profissões. A adoção do plano-piloto do Ciespal representou efetivamente o descompromisso das universidades com a formação de agentes eficazes de comunicação legitimados pelo mercado, sobretudo naqueles lugares onde a indústria da comunicação havia assumido um caráter multifacetado, exigindo profissionais especializados.

O equívoco do Ciespal estava na idealização de um modelo de escola apropriado para pequenas comunidades, principalmente incrustadas nas zonas rurais, onde a sociedade requer um profissional habilitado para exercer várias tarefas comunicativas. Estimular a sua implantação de forma indiscriminada em todo o continente significou um retrocesso, contribuindo para distanciar mais ainda a universidade da sociedade. Formando profissionais inabilitados ao desempenho de funções especializadas, as escolas de comunicação ampliavam o mercado de desempregados, justificando as críticas dos dirigentes empresariais e reforçando a tese de que tais instituições educacionais pouco contribuem para melhorar os padrões comunicacionais vigentes.

Tal situação agravou-se com a adoção do referido plano-piloto, pois ele prescrevia a incorporação de um núcleo de estudos teóricos da comunicação, desenvolvido por cientistas sociais (sociólogos, antropólogos, psicólogos, politicólogos, historiadores e semiólogos). Os docentes dessas disciplinas geralmente desconheciam os fundamentos da teoria da comunicação e muitas vezes demonstravam preconceito em relação à indústria da comunicação e aos seus profissionais. Essa atitude embutia um sentimento de autodefesa frente aos professores originários da própria comunicação, mas que não primavam pela sofisticação acadêmica imperante nas ciências sociais. Além disso, mesclava-se com o domínio das categorias marxistas, convertidas em modismo, e quase sempre reproduzidas mecanicamente, correspondendo também ao comportamento da rebeldia dos jovens universitários diante da escalada do autoritarismo, durante os anos 70. Estabeleceu-se, portanto, um conflito latente entre comunicólogos e comunicadores dentro das escolas de comunicação. E na medida em que os primeiros ascenderam a postos diretivos, privilegiados pela posse de titulação universitária ainda não conquistada pelos

segundos, desencadeou-se uma disputa acirrada entre os dois grupos, ocasionando não raramente o abandono da universidade pelos comunicadores, vale dizer pelos docentes que possuíam formação específica no campo, vencidos pela tenacidade dos adventícios, sequiosos de poder e de auto-afirmação.

Algumas escolas mudaram completamente o seu perfil acadêmico, tornando-se meros apêndices dos núcleos de ciências sociais ou de ciências da linguagem. A comunicação converteu-se em mero pretexto para suas especulações acadêmicas, banindo-se qualquer prática ou atividade experimental sob a justificativa de que a universidade é o espaço privilegiado da crítica, não havendo lugar para a técnica e a profissionalização. Em alguns casos, houve sensibilidade e competência para desenvolver alternativas ocupacionais legitimadas pela sociedade, como o planejamento estratégico, a pesquisa de recepção ou os usos educativos dos processos comunicacionais. Em outros, verificou-se completa distorção acadêmica, encorajando estudos pseudo-científicos, que não passam de peças de retórica política e de combate ideológico, repetindo fórmulas desgastadas pela militância em estruturas partidárias ou nos movimentos civis e religiosos. Primam, portanto, pela recusa da lógica do mercado, pela demonização da indústria cultural e pela denúncia do capitalismo, que governa os sistemas de comunicação de todo o continente, com exceção de Cuba. Ao assumir essa postura, robustecem a fé naquele tipo de sociedade monitorada pelo Estado, sob a égide do partido único, que se revelou inconsistente na Europa do Leste, ruindo completamente depois de 1989.

Evidentemente, estes são casos extremos, minoritários, geralmente nutridos em universidades públicas, onde o populismo pedagógico penetrou profundamente, abrigando dirigentes dóceis a projetos inconsistentes, mas que são embalados em plataformas sedutoras. Possuem vida curta, porque não sobrevivem a processos rigorosos de avaliação social e também porque não logram a adesão continuada dos jovens estudantes, vítimas das suas armadilhas persuasivas.

A maioria das escolas de comunicação do continente refluí pouco a pouco ao modelo ciepalino dos anos 70 e recompõe os tecidos esgarçados nos embates da conjuntura autoritária, procurando legitimação acadêmica e projeção social. Apesar do conflito latente que subsiste entre teóricos e práticos, vale dizer, entre comunicólogos e comunicadores, cria-se uma consciência de que

essas entidades só possuem sentido na medida em que estejam sintonizadas com as demandas sociais. Daí a compreensão de que o primeiro passo para a sua reconstrução institucional passa pela coexistência com o mercado, dialogando criticamente, mas cooperando eficazmente.

A retomada do desenvolvimento na América Latina, superada a recessão atual, vai exigir das universidades uma postura mais operativa, produzindo conhecimento adequado para solucionar problemas cruciais das nossas sociedades. Cabe às escolas de comunicação ocupar o espaço que lhes cabe na dinamização de uma indústria cultural cuja projeção ultrapassa as fronteiras continentais, conquistando novos mercados.

Tendências brasileiras

A trajetória brasileira do ensino e da pesquisa de comunicação possui muitas identidades com o panorama latino-americano, não obstante tenham ocorrido no Brasil experiências singulares, cuja análise pode ser útil para outros países do continente.

Uma característica peculiar está na relação entre o Estado e a universidade, subordinando ao Ministério da Educação o perfil das atividades de formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos. Se, por um lado, essa dependência assegura legitimidade às ações universitárias (estabelecendo padrões de qualidade, conferindo credibilidade aos títulos conferidos e até mesmo garantindo recursos financeiros), por outro lado, isso significa a uniformização dos programas educacionais e a dificuldade para que as escolas superiores assumam fisionomias peculiares, sintonizadas com as especificidades locais e regionais.

O principal instrumento dessa política centralizadora, agravada durante os anos do autoritarismo pós-64, é o currículo mínimo. Trata-se de uma listagem das disciplinas que irão integrar o currículo de cada carreira. Todas as universidades devem obedecer essa prescrição, devidamente fiscalizada pelo governo federal. Inexistente, portanto, liberdade para que as escolas de comunicação possam interagir com as comunidades a que servem, adotando planos de ensino consentâneos com as demandas locais.

Esse é o maior obstáculo para a interação com a indústria cultural, pois as eventuais propostas daí emanadas encontram resistência numa estrutura curricular nacional, cuja aplicação depende do beneplácito de Brasília, onde nem sempre existe sen-

sibilidade para compreender as diferenças que marcam o território brasileiro. Daí o modelo único de escolas de comunicação existente no Brasil, não importando se o mercado de trabalho local possui maior ou menor nível de desenvolvimento tecnológico ou se os padrões culturais são distintos daqueles existentes nas metrópoles.

De certo modo, foi o que o Ciespal pretendeu disseminar em toda a América Latina, nos anos 70, através do seu projeto-piloto, que encontrou ambiente favorável em muitos países. Quando se examina criticamente as estruturas pedagógicas da maioria das escolas latino-americanas de comunicação percebe-se como o modelo ciespalino penetrou e criou raízes.

Em sendo o nosso continente marcado por diferenças regionais profundas, o que se reflete na estrutura da sua produção cultural, o bom senso aconselhava a organização de escolas de comunicação plenamente sintonizadas com as necessidades dos contingentes locais, tanto para a formação de recursos humanos quanto para a produção de conhecimento.

De alguma maneira o Brasil refluiu a essa onda homogeneizadora, quando o currículo mínimo que vigorou nos anos 70 relativizou a figura do comunicador polivalente, deixando-a como uma opção para as universidades. Evidentemente a maioria das escolas optou pelas carreiras de comunicadores especializados, tendo em vista o desenvolvimento alcançado pela indústria da comunicação nas principais regiões do país. As poucas instituições que decidiram oferecer programas de comunicadores polivalentes acabaram por render-se às evidências dos fatos e mudaram as estratégias de ensino, pois os seus diplomados encontravam dificuldades de absorção pelo mercado de trabalho.

Se a formação de recursos humanos para as atividades de produção cultural — nas empresas jornalísticas, nas agências de publicidade e relações públicas, nas emissoras de rádio e televisão, nos pólos cinematográficos — permaneceu como tarefa básica da graduação, verificou-se em nosso país a emergência de um setor avançado das escolas de comunicação, dedicado à produção de conhecimento. Trata-se da pós-graduação, implantada inicialmente nas universidades públicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Os programas pioneiros demonstraram vocação eminentemente acadêmica, privilegiando atividades de pesquisa básica, além de formar professores universitários, pesquisadores ou es-

trategistas de comunicação para instituições públicas ou privadas.

Assim sendo, a tendência verificada no Brasil foi a de atribuir à graduação a função de treinar comunicadores e à pós-graduação a tarefa de formar comunicólogos.

Hoje, existem no país cerca de 80 programas universitários no campo da comunicação com atividades ao nível de graduação. Em oito dessas instituições, foram criados cursos de pós-graduação, todos expedindo títulos de Mestrado e, três títulos de Doutorado. As carreiras hegemônicas são as de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas, figurando minoritariamente as de Rádio e Televisão, Cinema e Produção Editorial. Em várias universidades os cursos de comunicação figuram como os de maior demanda junto aos ingressantes, o que atesta a maturidade alcançada por essa área do ensino superior.

Todavia, subsistem problemas estruturais a serem equacionados. A transição democrática tem permitido a busca de alternativas, principalmente como decorrência do preceito constitucional de 1988, atribuindo autonomia às universidades. Cresce em todo o país a consciência de que a extinção do currículo mínimo federal constitui o ponto de partida para a renovação do ensino e a dinamização da pesquisa. Isso corresponde a dizer que existe uma expectativa nacional pela autonomização das escolas, caminho indispensável para a interação crítica com a indústria da comunicação.

NOTA

As idéias discutidas neste artigo foram originalmente expostas aos participantes da mesa-redonda "Geração de conhecimento e formação de comunicadores", promovida pelos organizadores do 6º Encontro Latino-Americano de Faculdades de Comunicação Social, realizado em Acapulco, México, em novembro de 1992. Elas foram posteriormente retomadas durante os debates que encetei durante o curso de "História do Ensino da Comunicação", destinado especialmente aos meus alunos de especialização e mestrado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Instituto Metodista de Ensino Superior (primeiro semestre de 1994).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1) Gerais

CASAS, Juan Carlos. *Um novo caminho para a América Latina*. Rio de Janeiro, Record, 1993.

- DARHENDORF, Ralf. *O conflito social moderno*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1992.
- DURHAM, Eunice e SCHWARTZMAN, Simon, (orgs.). *Avaliação do ensino superior*. São Paulo, Edusp, 1992.
- GIANOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- MONTANER, Carlos Alberto. *La agonía de América Latina: indagaciones sobre el fracaso hispanoamericano*, Mexico, Plaza & Valdés, 1990.
- MOTA, Sergio. *Desafíos — globalización e interdependencia económica*, Mexico, Diana, 1991.
- NAISBITT, John & ABURDENE, Patrícia. *Megatrends 2000 — the new directions for the 1990's*. New York, Avon Books.
- TOURAINÉ, Alain. *Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina*. São Paulo, Trajetória Editorial, 1989.

2) Específicas

- CIESPAL. *Estructura de una escuela universitaria de ciencias de la información colectiva — plan tip*. Quito, 1966.
- FADUL, Anamaria. 'Las ciencias sociales en la investigación de la comunicación', *Dia-Logos de la Comunicación*, N. 31. Lima, Felafacs, 1991, p. 9-14.
- FELAFACS. *La formación profesional de comunicadores sociales en América Latina*. Bogotá, Fundación Konrad Adenauer, 1985.
- FUENTES NAVARRO, Raul. *Un campo cargado de futuro — el estudio de la comunicación en América Latina*. Mexico, Coneicc, 1992.
- GENTILLI, Victor. Enseñanza e investigación de la comunicación en Brasil: una evaluación crítica, 'Dia-Logos de La Comunicación', nº 5. Lima, Felafacs, 1992, p. 30-39.
- LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. O ensino de comunicação e as demandas do mercado de trabalho, Simpósios em Comunicações e Artes, nº 8. São Paulo, ECA-USP, 1991, p. 29-44.
- MARQUES DE MELO, José. *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*. São Paulo, Paulinas, 1974.
- _____. *Comunicação e modernidade — o ensino e a pesquisa nas escolas de comunicação*. São Paulo, Loyola, 1991.
- NIXON, Raymond. *Education for Journalists in Latin America: a report of progress*. Minneapolis, Minnesota Journalism Center, 1981.